



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**TRANSCRIÇÃO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA,
REALIZADA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E
ORÇAMENTO EM 22 DE FEVEREIRO DE 2017, QUARTA-
FEIRA, ÀS 9H53, NO PLENÁRIO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE CAMPINAS, À AVENIDA ENGENHEIRO
ROBERTO MANGE, Nº 66, PARA A DEMONSTRAÇÃO E
AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º
QUADRIMESTRE DE 2016 PELA PREFEITURA
MUNICIPAL DE CAMPINAS, CONFORME §4º DO ART. 9º
DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

COMPOSIÇÃO DA MESA

SR. VEREADOR
VINICIUS GRATTI

PRESIDENTE

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE
CAMPOS CINTRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE FINANÇAS

SR. JOÃO CARLOS
RIBEIRO DA SILVA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO
DE CONTABILIDADE E
ORÇAMENTO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE FINANÇAS

SR. FÁBIO SANTOS RIBEIRO

ASSESSOR DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE FINANÇAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

VEREADORES PRESENTES

SR. VEREADOR JORGE DA FARMÁCIA

SR. VEREADOR JOTA SILVA

SR. VEREADOR LUIZ ROSSINI

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

**Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53,
no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66**

ASSESSORES E DEMAIS PRESENÇAS

| | |
|----------------------------|---|
| SR. CÍCERO ELEOTÉRIO BISPO | ASSESSOR DO SR. VEREADOR RUBENS GÁS |
| SR. MARCOS CARDOSO | ASSESSOR DO SR. VEREADOR PROFESSOR ALBERTO |
| SRA. ROSEMARY CLAUDINO | ASSESSORA DO SR. VEREADOR LUIZ CIRILO |
| SR. ROVERSON CARDOSO | ASSESSOR DO SR. VEREADOR PAULO HADDAD |

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

[início da transcrição]

SR. PRESIDENTE VEREADOR VINICIUS GRATTI: Bom dia, senhoras e senhores, gostaria de cumprimentar também aqueles que nos acompanham pela TV Câmara, cumprimentar aqui a presença ilustre do nosso Secretário Municipal de Finanças, Tarcísio Galvão de Campos Cintra, também o Diretor de Contabilidade e Orçamento da Secretaria Municipal de Finanças, João Carlos Ribeiro da Silva, e o assessor da Secretaria Municipal de Finanças, Fábio Santos Ribeiro, que já compõem a Mesa dos trabalhos aqui desta manhã.

Gostaria também de cumprimentar os meus colegas vereadores, vereador Jorge da Farmácia, vereador Jota Silva e vereador Luiz Rossini. Também agradecer a presença da assessoria do vereador Rubens Gás, Cícero Eleotério Bispo, também do Roverson Cardoso, assessor do vereador Paulo Haddad, a Rosemary Claudino, assessora do vereador Luiz Cirilo, e o Marcos Cardoso, assessor do gabinete do vereador Professor Alberto.

Gostaria portanto de declarar aberta a 2ª Audiência Pública, para demonstração e avaliação das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2016 pela Prefeitura Municipal de Campinas.

Também quero agradecer ao presidente da Casa, vereador Rafa Zimbaldi, também os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, essa comissão que é das mais importantes dessa Casa, cumprimentá-los também por.. pela escolha da presidência, do qual eu fico muito grato. Essa é a 1ª Audiência Pública que nós presidimos através aí da presidência da Comissão de Finanças e Orçamento.

Eu vou passar a palavra ao Secretário Municipal, doutor Tarcísio Cintra, e depois da demonstração eu abrirei a palavra aos vereadores e depois ao público aqui presente, o qual já agradeço especialmente. Muito obrigado.

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: Bom dia a todos, agradeço a presença do vereador Jorge da Farmácia, do vereador Jota Silva, do vereador Luiz Rossini, aos assessores representando os demais vereadores, aos... ao meu colega, meu amigo vereador Vinicius Gratti, presidente da Comissão, todos os presentes e a quem nos assiste pela TV Câmara.

Então a Secretaria... a Prefeitura, por meio da Secretaria de Finanças, nós estamos fazendo o cumprimento do art. 4º... parágrafo 4º do art. 9º da Lei nº 101, de Responsabilidade Fiscal, que determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais trimestralmente, em Audiência Pública, até o final dos meses de maio e setembro, que nós já fizemos o passado, e hoje em fevereiro nós estamos fazendo essa apresentação referente a todo o ano de 2016.

Então, por meio da Comissão de Finanças e Orçamento, nós estamos aqui fazendo a apresentação, como temos feito nas audiências anteriores, a apresentação fica a cargo da nossa equipe técnica, do João, que é o nosso diretor do departamento de contabilidade, e do Fábio, que é o nosso assessor econômico. Então, com a palavra

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

o João.

SR. JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA: Bom dia a todos, ao vereador Vinicius Gratti pela... que está presidindo a Mesa aqui, que é presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, aos vereadores aqui presentes, vereador Jorge da Farmácia, vereador Jota Silva, e o vereador Luiz Rossini. Aos demais presentes, representantes aqui dos vereadores, o público presente aqui nessa audiência, e aqueles que nos acompanham pela TV Câmara.

Hoje nós vamos fazer Audiência Pública relativa àquilo que ocorreu no 3º quadrimestre de 2016. A nossa apresentação, ela é bem resumida, ela traz aqui todos resultados de receitas, despesas e resultados fiscais que ocorreram durante o ano de 2016, e o quadro detalhado dessa apresentação, ele foi publicado no Diário Oficial no dia 30 de janeiro. Então, se alguém tiver algum interesse de acompanhar o detalhamento dessa apresentação, está na nossa página da Prefeitura na internet e também está no Diário Oficial do dia 30 de janeiro.

Bom, inicialmente as nossas apresentações aqui a gente inicia sempre pelas receitas, o que ocorreu durante o ano. Então as receitas totais da Prefeitura no ano de 2016 foram de [R\$] 4,2514 bilhões, houve um crescimento, uma variação, de 3,4% em relação ao que ocorreu em 2015, quando nós fechamos 2015 com [R\$] 4,113 bilhões.

As receitas correntes, a arrecadação foi de [R\$] 4,009 bilhões e houve uma variação de 3,4% nas receitas correntes, comparado com o exercício de 2015, quando em 2015 nós arrecadamos [R\$] 3,877 bilhões.

As receitas intraorçamentárias, a arrecadação foi de [R\$] 164,9 milhões, contra [R\$] 182,9 milhões em 2015, houve uma queda de -9,6%.

E as receitas de capital, houve um crescimento de 42,4%, tendo arrecadado [R\$] 76,6 milhões em 2016, contra [R\$] 53,8 milhões em 2015.

Tabela seguinte, a gente detalha um pouco o que são as receitas correntes. Então, dentro das receitas correntes, a gente tem as receitas tributárias que compreendem os impostos que a prefeitura administra, que ela efetua a cobrança.

Então, nós destacamos dentro das receitas tributárias: o IPTU, com uma arrecadação de [R\$] 525,9 milhões em 2016, contra [R\$] 466 milhões, ocorridos em 2015, um crescimento de 12,9%; o ISS teve uma arrecadação de [R\$] 688,5 milhões em 2016, contra [R\$] 697 [milhões] em 2015, uma queda de -1,3%; o ITBI, a arrecadação foi de [R\$] 100,7 milhões, contra [R\$] 103 milhões em 2015, houve uma queda de -2,2%; Imposto Retido na Fonte, a arrecadação foi de [R\$] 194,5 milhões, contra [R\$] 185 [milhões] em 2015, houve uma variação de 4,9%; outras receitas tributárias, que compreende as taxas de... principalmente de coleta de lixo, a arrecadação foi de [R\$] 124,8 milhões, contra [R\$] 114,1 milhões em 2015, uma variação de 9,4%; as receitas de contribuições, a arrecadação foi de [R\$] 175,1 milhões, contra [R\$] 154,9 milhões em 2015, houve uma variação de 13%; receita patrimonial, a arrecadação foi de [R\$] 146 milhões, contra [R\$] 136,4 milhões em 2015, uma variação de 7%; as receitas de serviços, foram arrecadados [R\$] 20,6

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

milhões, contra [R\$] 18,4 milhões, uma variação de 11,8%; as transferências correntes, a arrecadação foi de [R\$] 1,675 bilhão, contra [R\$] 1,633 bilhão, uma variação positiva de 2,6%; demais receitas correntes, houve uma queda de -2,7%, tendo arrecadado em 2016 [R\$] 358,2 milhões, contra [R\$] 368 milhões em 2015.

Nessa próxima tabela, a gente detalha aqui as transferências correntes que foram realizadas em 2016.

Dentro das transferências correntes, a gente tem dois grupos, que são as transferências da União e as transferências do Estado.

Nas transferências da União, a variação foi de 5%, a arrecadação total foi de [R\$] 460,4 milhões, contra [R\$] 438,4 milhões em 2015. Destacamos aí o FPM, uma arrecadação de [R\$] 57,2 milhões, contra [R\$] 49,2 milhões em 2015, um crescimento de 16,4%; o SUS, o repasse do SUS foi de [R\$] 334 milhões em 2016, contra [R\$] 323,8 milhões em 2015, houve uma variação de 3,2%; o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, praticamente foram iguais aos repasses em 2016, 2015, sendo [R\$] 51,2 milhões em 2016 e o mesmo valor em 2015, houve uma queda de -0,1%, entre 2016 e 2015; transferências de convênios da União, o repasse desse ano foi de [R\$] 2,9 milhões, contra [R\$] 1 milhão no ano passado... em 2015, perdão... uma variação de 186%; outras transferências da União, [R\$] 15 milhões em 2016 contra [R\$] 13 milhões em 2015, um crescimento de 14%

As transferências do Estado, o realizado esse ano foi de [R\$] 967 milhões, contra [R\$] 960,2 milhões em 2015, uma variação de 0,7%. Destacamos aí o ICMS, com repasse praticamente igual ao de 2015, houve uma variação negativa de -0,1%, tendo repassado [R\$] 671,1 milhões em 2016, contra [R\$] 671,8 milhões em 2015. O IPVA, houve um crescimento de 1,8%, tendo arrecadado [R\$] 224,3 milhões em 2016, contra [R\$] 220,4 milhões em 2015. Transferências de Convênios do Estado, [R\$] 54,6 milhões esse ano, de 2016, contra [R\$] 55,1 milhões em 2015, houve uma queda aí de -0,8%. Outras Transferências do Estado, repasse de [R\$] 17 milhões esse ano, contra [R\$] 12,9 [milhões] em 2015, houve uma variação de 31,8%.

Transferências do Fundeb. Houve um crescimento nominal de 5,7%, tendo arrecadado esse ano [R\$] 244,7 milhões, contra [R\$] 231,6 milhões no ano de 2015.

Demais Transferências Correntes. [R\$] 3,7 milhões em 2016, contra [R\$] 3,1 milhões em 2015, uma alta de 19,3%.

O outro grupo de receitas são as Receitas de Capital, onde houve uma variação positiva de 42,4%, tendo arrecadado [R\$] 76,6 milhões em 2016, contra [R\$] 53,8 milhões em 2015. As Receitas com Operações de Crédito: em 2016 foi de [R\$] 45,8 milhões, contra [R\$] 42,9 milhões em 2015, uma variação de 0,1%. Alienação de Bens: foram arrecadados [R\$] 9,7 milhões em 2016, contra [R\$] 2,4 milhões em 2015, uma variação de 3,1%. Amortização de Empréstimos: [R\$] 1,4 milhão em 2016, contra [R\$] 1,2 milhão em 2015, uma variação de 16,3%. Transferências de Capital, que são os convênios, principalmente com a União: o repasse desse ano foi [R\$] 19,8 milhões, contra [R\$] 7,3 [milhões] de 2015, uma variação aí de 169%. Outras Receitas de Capital não ocorreram.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Na próxima tabela, nós comparamos aí a receita realizada *versus* aquela que foi prevista na Lei de Orçamento. Então, o orçamento para 2016, ele previa umas Receitas Totais de [R\$] 5,0596 bilhões e foram realizados [R\$] 4,2514 bilhões, uma realização de 84% do orçamento.

As Receitas Correntes. Foram realizados 88,2%, tendo arrecadado [R\$] 4,009 bilhões e a previsão orçamentária era de [R\$] 4,548 bilhões.

As Receitas Tributárias. Realizou 87,4%, tendo arrecadado [R\$] 1,634 bilhões, contra [R\$] 1,8696 bilhões.

Os Impostos representaram 86,8%.

As Taxas representaram 96% do orçado.

As Receitas de Contribuições. Foram realizados 80,7% também.

Receita Patrimonial. Foram realizados 151%, ultrapassou o orçamento, o orçamento previa [R\$] 96,5 milhões; foram realizados [R\$] 146 milhões.

Receitas de Serviços. Realizou 92,2%, a previsão de orçamento era [R\$] 22,3 milhões e foram arrecadados [R\$] 20,6 [milhões].

As Transferências Correntes: realizou 88,2%, tendo realizado [R\$] 1,6758 bilhão, contra [R\$] 1,9 bilhão. As Transferências da União: realizou 93% do orçado, a previsão era de [R\$] 494,9 milhões e o arrecadado foi de [R\$] 460,4 milhões. Transferências Estaduais: a realização foi de 84,6%, a previsão era de [R\$] 1,143 bilhão e foram realizados [R\$] 967 milhões. Outras Transferências: a previsão era de [R\$] 262,3 milhões e a arrecadação foi de [R\$] 248,4 [milhões], dá 94,7% de realização, não é?

Demais Receitas Correntes. Realizaram 80,9%, tendo arrecadado [R\$] 358,2 milhões, contra uma previsão orçamentária de [R\$] 442,7 milhões.

Receita Intraorçamentária: a previsão era de [R\$] 214,6 milhões, e foram arrecadados [R\$] 164,9 milhões.

As Receitas de Capital: realizou apenas 25,8%, tendo arrecado 76,6 milhões contra uma previsão orçamentária de 296,7 milhões. Operações de Crédito: estavam previstos 175,4 milhões e foram arrecadados 45,8 milhões, 26% do previsto. Alienação de Bens: não tinha uma previsão, mas foram arrecadados 9,7 milhões. E Amortização de Empréstimos: a previsão era de 3,1 milhões e foram arrecadados 1,4 milhão, 43% da previsão. Transferências de Capital, que são os convênios, a previsão em orçamento era 118 milhões e foram arrecadados 19,8 milhões.

Próximas tabelas: a gente vai destacar agora as despesas realizadas no exercício de 2016. A primeira tabela, ela demonstra os dois grandes grupos de despesas: Despesas Correntes e Despesas de Capital, trazendo aquilo que foi previsto no orçamento, aquilo que foi empenhado, liquidado, e aquilo que foi pago.

Então, das Despesas Correntes, o orçamento era de 4 bilhões, 539 milhões e 600 mil, e foram empenhados 4 bilhões, 325 milhões e 700 mil. Desse total

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

empenhado, 95,3% do... representa 95,3% do orçamento, e foram liquidados, do total empenhado, 99,7%, ou seja, 4,314 bilhões foram liquidados, e desse total 92,5% foram pagos, sendo 3 bilhões, 991 milhões e 500 mil. Pessoal e Encargos: a previsão orçamentária era de 2,313 bilhões e foram empenhados 2,288 bilhões; desse total, 98,9% do orçamento foi realizado e do total empenhado 99,8% foi liquidado; e desse total, 95% foi pago. Juros e Encargos da Dívida: a previsão orçamentária era de 61,65 milhões, foram empenhados 17,5 milhões, e liquidados os mesmos 17,5 milhões, e pagos 13,3 milhões. Outras Despesas Correntes: a previsão orçamentária era de 2 bilhões, 164 milhões e 800 mil, tendo sido empenhados 93,3%, que representam 2,019 bilhões; e desse total 99,6% foram liquidados, o que representa 2,012 bilhões; e, do total liquidado, 1,806 bilhão foi pago, representando 89% da despesa liquidada.

Nas Despesas de Capital, o orçamento previa 475 milhões, foram empenhados 36%, 171 milhões; desse total, 155 milhões foram liquidados e 144 milhões foram pagos. Os Investimentos: a previsão orçamentária era de 411,4 milhões, foram empenhados 28,3%, o que dá 116,3 milhões, foram liquidados 100,5 milhões e pagos 90,5 milhões. Inversões financeiras: a previsão era de 20,7 milhões, foram empenhados 15,5 milhões, o que foi empenhado foi liquidado, desse total 94,5% foram pagos, o que representa 14,6 milhões. Amortização da Dívida: a previsão orçamentária era de 42,95 milhões, desse total 91,7% foram empenhados, o que representa 39,4 milhões, foram liquidados no total e pagos no total – a Amortização da Dívida. Então, a Despesa Total de um orçamento previsto de 5,059 bilhões, foram empenhados 88,9%, que dá 4,496 bilhões, e desse total empenhado 99,4% foram liquidados, o que representa 4,469 bilhões, e, dos 4,469 bilhões liquidados, 4,136 bilhões foram pagos, representando 92,5% do orçamento realizado em 2016.

A outra tabela, ela destaca as Despesas Correntes, fazendo um comparativo da sua evolução com o ano anterior. Então, nas Despesas Correntes a gente destaca Pessoal e Encargos: o realizado de janeiro a dezembro de 2016 foi de 2,288 bilhões, uma variação de 8% quando comparado a igual período de 2015, com uma realizada em 2015 de 2 bilhões, 119 milhões e 800 mil. Juros e Encargos da Dívida: houve um decréscimo em relação ao ano de 2015, caindo 56%, foram realizados 17,5 milhões, contra [R\$] 39,7 milhões em 2015. Outras Despesas Correntes: houve um crescimento nominal de 4,7%, tendo sido realizados [R\$] 2,019 bilhões contra [R\$] 1,928 bilhão em 2015.

As Despesas de Capital, o realizado em 2016 foi 11,9% superior ao realizado em 2015, tendo realizado [R\$] 171,1 milhões, contra [R\$] 153 milhões em 2015.

Então, das Despesas Totais, o orçamento realizado em 2016 ficou 6% acima do realizado em 2015, tendo realizado [R\$] 4,4969 bilhões, contra [R\$] 4,241 bilhões em 2015.

Em comparação com a receita... A receita cresceu 3,4%, tendo realizado [R\$] 4,250 bilhões, e em 2015 [R\$] 4,113 bilhões.

A próxima tabela a gente dá uma evolução do orçamento. O orçamento inicial, a programação inicial aprovada na Lei Orçamentária foi de [R\$] 5,059 bilhões. Houve

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

alterações por meio de decretos de suplementação, esse orçamento foi para [R\$] 5,174 bilhões. Deste total foram empenhados 86,9%, e representa aí [R\$] 4,4969 bilhões. Do total empenhado, liquidado foram 99,4%, [R\$] 4,469 bilhões, e as despesas pagas [R\$] 4,136 bilhões, representando aí 92,5% do orçamento liquidado.

A outra tabela nós demonstramos aí os Restos a Pagar. São aquelas despesas que não foram pagas e ficaram para o ano de 2017. Então, começando aqui: a Prefeitura, ela começou... em 2015 ela fez uma inscrição de [R\$] 404,1 milhões. Durante o ano de 2016 nós efetuamos o pagamento de [R\$] 373,5 milhões, foram cancelados [R\$] 18,2 milhões, e tem um saldo a pagar de [R\$] 12,4 milhões. Em 2016, ao final de 2016, em dezembro, nós inscrevemos em restos a pagar [R\$] 329,9 milhões, ficando um saldo a pagar aí para 2017 de [R\$] 342,4 milhões.

O Camprev, ele foi, ele inscreveu em 2015 [R\$] 2,9 milhões, pagou os [R\$] 2,9 milhões em 2016, e agora em 2016, no final de 2016, ele inscreveu mais [R\$] 6,2 milhões para pagar em 2017.

O Hospital Mário Gatti iniciou o ano com [R\$] 7,7 milhões, pagou [R\$] 7,1 milhões, cancelou [R\$] 0,6 [milhões], e no final do ano agora inscreveu [R\$] 8,3 milhões para 2017.

A Setec igualmente, ela começou o orçamento de 2016 com um restos a pagar de [R\$] 1,1 milhão, pagou esses restos a pagar durante o ano, e inscreveu [R\$] 400 mil no final do ano.

A Fundação José Pedro de Oliveira fez uma inscrição de [R\$] 100 mil, pagou [R\$] 100 mil no ano e inscreveu [R\$] 200 mil ao final do ano.

A Fumec também igualmente inscreveu [R\$] 2,1 milhões, efetuou o pagamento durante o ano, e no final do ano inscreveu [R\$] 4,7 milhões que serão pagos ao decorrer de 2017.

A Câmara Municipal ela inscreveu no final... iniciou o ano com [R\$] 14,2 milhões, durante o ano ela pagou [R\$] 13,8 milhões, cancelou [R\$] 0,1 [milhões] e ainda sobrou um saldo de [R\$] 300 mil, inscreveu mais [R\$] 11,1 milhões, tendo [R\$] 11,4 milhões para pagar durante o ano.

Então, no total geral consolidado da Prefeitura, suas autarquias e mais o Poder Legislativo, sobrou um restos a pagar para 2017 de [R\$] 373,6 milhões.

Os Resultados Fiscais do município. Em relação ao resultado orçamentário, ele ficou deficitário em [R\$] 245,5 milhões, tendo as receitas realizadas de [R\$] 4,2514 bilhões, inferiores aí às despesas totais de [R\$] 4,4969 bilhões, representando aí 6% da despesa acima da receita realizada.

O resultado primário teve uma receita fiscal líquida de [R\$] 4,078 bilhões, contra uma despesa fiscal líquida de [R\$] 4,435 bilhões, e isso resultou no resultado primário negativo de [R\$] 357,2 milhões.

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal, estamos muito próximos do limite prudencial, despesa total líquida de [R\$] 1,9472 bilhão, essa despesa com pessoal

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

representa 51,23% da receita corrente líquida.

A Receita Corrente Líquida no ano foi de [R\$] 3,8007 bilhões. O limite prudencial é de 51,30[%], o limite máximo permitido pela lei de responsabilidade fiscal é de 54%.

As aplicações na saúde e na educação: na educação foram aplicados, de recursos próprios dos impostos, [R\$] 869 milhões, 423 mil e 933, representando 30,24% das receitas de impostos; as despesas aplicadas na saúde foram de [R\$] 894,667 milhões e representam 31,12% das receitas de impostos.

As receitas de impostos realizadas no ano foram de R\$ 2 bilhões, 874 milhões, 746 mil e 875, lembrando que o limite legal de aplicação no ensino é de 25% e na saúde é de 17%.

Demonstrativo da dívida, a dívida nossa consolidada, ela caiu [R\$] 252,4 milhões, entre 2016 e 2015. O saldo atual em 2016 fechou em [R\$] 1,2376 bilhão, em 2015 esse saldo era de [R\$] 1,490 bilhão. Esse volume de dívida consolidada representa 32,6% da nossa receita corrente líquida e o limite da resolução do Senado é de 120%. Então, ainda estamos tranquilos na questão de dívida... de endividamento.

Bom, essa... em resumo, era a nossa apresentação de todos os resultados que foram publicados no Diário Oficial, no dia 30 de janeiro; e a gente fica à disposição para eventuais dúvidas.

SR. PRESIDENTE VEREADOR VINICIUS GRATTI: Agradeço aqui a apresentação aqui da Secretaria Municipal de Finanças, pelo diretor João Carlos, o assessor Fábio Santos e o secretário municipal de finanças, Tarcísio Galvão de Campos Cintra.

Quero passar a palavra agora aos vereadores. O primeiro inscrito vereador Luiz Rossini.

SR. VEREADOR LUIZ ROSSINI: Bom dia, cumprimentar o vereador Vinicius Gratti, que preside a Comissão de Finanças e Orçamento e essa audiência pública, o secretário Tarcísio, João Carlos, Fábio.

Pela [*ininteligível*]... Eu queria, primeiro, acho que fazer uma consideração.

A gente entendeu o comportamento, principalmente, do terceiro quadrimestre – no período mais agudo da crise econômica que afetou o Brasil inteiro e os municípios –, nos permite compreender como é que nós vamos iniciar esse novo exercício e como isso pode impactar obviamente o município.

Quando a gente compara, por exemplo, a receita realizada e a despesa realizada de 2015/2016 e que vê um crescimento de 3,4%... Quer dizer isso significa... A inflação de 2016 ficou em quanto mesmo? Tem de cabeça? Até de sete ou não?

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: Seis e vinte e nove.

SR. VEREADOR LUIZ ROSSINI: Seis e vinte e nove.

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: O IPCA.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SR. VEREADOR LUIZ ROSSINI: Quer dizer um... Um crescimento de receita inferior à inflação--

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: Metade--

SR. VEREADOR LUIZ ROSSINI: O que significa que, na verdade, nós tivemos uma diminuição, apesar de ter crescido em valores absolutos, em relativos a gente diminuiu. Quer dizer, o desempenho da receita de 2016 foi inferior à de 2015. Obviamente, isso compromete os serviços executados, porque a despesa tem que ficar no limite da receita.

Nós iniciamos o exercício de 2017 com restos a pagar na ordem de [R\$] 370 milhões, [R\$] 373 milhões. A pergunta é: [R\$] 373 milhões, como é que a Prefeitura está se programando para liquidar esses restos a pagar?

E se há uma perspectiva de retomada da Economia, e se a gente pode vislumbrar assim, que as metas para 2017, elas vão ser atingidas? Ou se a gente vai ter ainda nesse início de exercício uma dificuldade, no sentido de realização dos principais serviços de manutenção e até em vencimentos do município.

Como é que está, do ponto de vista financeiro e da Secretaria de Finanças, o Município no momento para fazer face às suas necessidades, porque a demanda dos serviços públicos tem aumentado. Até por conta da crise, do desemprego: pessoas que usavam o plano de saúde, que não tem mais, estão procurando essa rede pública de saúde; aqueles que tinham filhos em escolas particulares estão migrando para escola municipal, principalmente.

Então, a gente vê que há uma pressão de demanda e, por outro lado, uma limitação da capacidade do município.

Como é que vocês da Finanças avaliam esse momento e quais são as estratégias que estão sendo adotadas para que Campinas consiga enfrentar esse novo momento?

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: Vamos lá, vereador. Em primeiro ponto, na questão do Restos à Pagar, dos [R\$] 373 milhões que nós tínhamos de Restos à Pagar da Prefeitura e, provavelmente, acho que da Cetec e da Fumec, estava a Folha de Pagamento. A Folha de Pagamento do mês de dezembro, ela foi liquidada na primeira semana do mês de janeiro. Então, desses [R\$] 342 milhões da Prefeitura, cerca de 70, [R\$] 80 milhões e a Folha de Pagamento Líquida, e aí mais alguns descontos que foram já liquidados no mês de janeiro.

O que nos sobra aqui, a grande preocupação, se você pegar aqui na página... nas Liquidações e Pagamentos por Tipo de Despesa, onde falamos nas Despesas Totais do Terceiro Quadrimestre, é o nono slide, você verifica lá que entre a diferença da Despesa Liquidada e Despesa Paga com Pessoal, há cerca de [R\$] 112 milhões, e com Outras Despesas Correntes, que são os fornecedores, há cerca de [R\$] 212 milhões.

Então, as Despesas de Pessoal, a grande maioria já foram pagas, e nós estamos pagando os fornecedores de acordo com disponibilidade de caixa.

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Em relação à 2017, cientes que nós tínhamos esse problema já no mês de setembro, quando nós começamos a trabalhar com a emissão do lançamento do IPTU de 2017, nós modificamos uma metodologia que estava sendo utilizada nos anos anteriores e antecipamos a receita dos pagamentos dos IPTUs não residenciais, comerciais e de serviços para o mês de janeiro, e para o mês de fevereiro ficaram somente os residenciais.

Nós tivemos o recebimento da primeira parcela dos residenciais na semana passada. Nós estamos fazendo o comparativo agora no primeiro bimestre, porque, como ano passado foi tudo em fevereiro, agora nós temos janeiro e fevereiro para somar para ver efetivamente o que foi pago.

A primeira informação que nós temos é que o IPTU teve um bom retorno, apesar da crise teve um alto índice de pagamento, tanto na cota única, quanto da primeira cota, nós estamos fechando isso agora nessa próxima semana, depois do Carnaval, no começo de março.

O ICMS de janeiro foi um ICMS melhor do que o ano passado, porém no mês de janeiro nós tivemos cinco semanas. Então, como o ICMS, ele é repassado toda terça-feira, em janeiro foi melhor. Mas, são cinco semanas e aí, às vezes, acontece uma pequena distorção.

No mês de fevereiro, por outro lado, eu não lembro de ter visto isso, nós vamos ter três terças-feiras só, porque a última terça-feira é dia 28. Então, nós vamos estar recebendo o ICMS na quarta ou na quinta-feira; mas, no acumulado, considerando que esses ICMS, na semana que vem, refere-se a fevereiro no acumulado, nós já tivemos um ligeiro crescimento. Então nós estamos sentindo uma ligeira retomada da atividade econômica, porém as despesas são implacáveis. O vereador mesmo colocou: segundo a Secretaria de Saúde, dezenas de milhares de pessoas perderam planos de saúde o ano passado, e em várias empresas, nas empresas maiores que também estão demitindo, eles ainda fazem alguns acordos da manutenção do plano de saúde por alguns meses, Mas isso já acabou, já estão todos migrados, grande parte já migrou para a rede pública. Então a pressão na Saúde está sendo muito grande e na Educação também, porque mesmo na Educação, pelos contratos das escolas particulares, a falta de pagamento não pode impedir o aluno de frequentar a escola particular; por outro lado, a escola não é obrigada a aceitar o aluno inadimplente na matrícula para o ano, então para esse ano nós estamos tendo a pressão. Então o que não aconteceu no passado está acontecendo esse ano, isso também está afetando a questão dos serviços públicos.

Então, dentro da Prefeitura, nós temos... foi ampliado o comitê gestor — que está desde o primeiro ano, desde 2013 existe um comitê gestor —, este ano nós reformulamos o comitê gestor, agora são quatro secretarias que participam: Secretaria de Governo, Administração, Jurídico, e Finanças, então nós somos em quatro secretários que nós estamos discutindo todas as compras. Literalmente todas as compras passam pelo crivo do comitê gestor, desde uma manutenção de uma roçadeira de R\$ 200, quanto uma compra de grande vulto, ou os convênios que são efetuados com as entidades de Saúde, de Educação, de Assistência. Então nós

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

estamos trabalhando em cima disso.

Esse comitê, inclusive, ele é responsável por todo o remanejamento e aprovação das dotações orçamentárias, porque a partir deste ano, 2017, nós implantamos uma nova sistemática prevista na legislação: nós contingenciamos 25% do orçamento, exceto Pessoal e algumas despesas específicas, e nós liberamos, vamos liberar em quatro cotas trimestrais. Então no começo do ano nós contingenciamos 25%, que se deu mais de R\$ 200 milhões, e do que sobrou nós só liberamos uma cota para o trimestre, e agora nesse primeiro período, nesses primeiros 50 dias que nós estamos trabalhando, nós estamos revendo caso a caso.

Então, como, por exemplo, ontem o comitê gestor discutiu pesadamente com a Saúde, como é que nós vamos encaixar, porque se pegar aqui os nossos gastos com Educação e Saúde, no caso da Educação nós gastamos [R\$] 150 milhões a mais do que o mínimo exigido, e com a Saúde [R\$] 400 milhões. Então a Saúde e Educação foram [R\$] 556 milhões a mais do que o mínimo exigido, mas isso é uma política pública, a população demanda isso, então as secretarias estão trabalhando em cima disso.

E nós da área financeira precisamos buscar o quê? O equilíbrio disso. Então nós estamos liquidando esses Restos a Pagar e estamos rediscutindo, literalmente, todos os contratos da Prefeitura: o que é que nós estamos gastando, seja o contrato de subsídio... o valor do subsídio, seja o contrato de tecnologia com a IMA, sejam os contratos de prestação de serviços. Estamos rediscutindo todos os contratos para amenizar esse deficit que nós temos, mesmo porque a previsão para este ano é de melhora, nós esperamos que no mínimo ele seja corrigido, mas nós voltamos em 2016 a índices de arrecadação atualizados de 2010, e as despesas não, e agora nós temos uma pressão muito grande.

SR. VEREADOR LUIZ ROSSINI: Quer dizer, vai ser um ano de dificuldades.

Eu agradeço a explicação.

E, presidente, eu peço a licença: eu tenho uma reunião no DLU agora, o pessoal já está me esperando lá.

Eu agradeço as informações. Tá bom? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR VINICIUS GRATTI: Obrigado, vereador Luiz Rossini.

Eu passo--

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: Vereador, em virtude disso, eu queria colocar já que o senhor está saindo. A Secretaria está à disposição para qualquer dúvida que o senhor tenha, é só nos ligar lá, marcamos, convidamos aí o João, o Fábio e o Fabinho, para qualquer dúvida que o senhor tenha estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE VEREADOR VINICIUS GRATTI: Quero agradecer aqui ao vereador Luiz Rossini e passo a palavra ao vereador Jota Silva.

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SR. VEREADOR JOTA SILVA: Bom dia a todos, bom dia, secretário Tarcísio, João, Fábio.

Praticamente as respostas que eu gostaria de ouvir já foram dadas através do questionamento do vereador Luiz Rossini. Mas duas tabelas chamam a atenção nesse momento. É até assustador quando você vê uma tabela que prevê um orçamento de 100%, você arrecada apenas 84% do previsto.

Pelos números nós tivemos aí uma arrecadação menor, de quase [R\$] 500 milhões a menos do que se previa para uma cidade do tamanho de Campinas. Com os problemas inerentes a cidade desse tamanho, imagina o rombo que deve ser e a falta que faz esse dinheiro.

Eu acredito que as secretarias, principalmente a Secretaria de Finanças, deve estar aí fazendo malabarismo para dar condições para o prefeito fazer um bom trabalho. Então essa tabela chama a atenção por essa falta de dinheiro, por esses quase [R\$] 500 milhões que não foram arrecadados.

E a outra tabela, também já foi comentada, mas chama a atenção, e vale a pena a gente citar, principalmente para quem nos acompanha pela TV Câmara, o trabalho que a Prefeitura faz. Quer dizer, se você tem 25% por lei para aplicar na educação, com toda essa dificuldade, com tudo que aconteceu nesse ano de 2016, foram aplicados 30,24%, quer dizer, bem a mais do que o previsto por lei.

E na saúde, muito, quase 100% do que foi aplicado. A lei prevê o mínimo de 17[%], foram aplicados aí 31,12[%], apesar também de toda a dificuldade, apesar da demanda ter aumentado bastante. Então a gente só tem aí que elogiar o trabalho da secretaria, e dando condições ao governo de fazer esse trabalho.

E a pergunta que eu iria fazer já foi respondida, mas eu gostaria de ouvir do secretário. A previsão não é tão pessimista, acredito que deveremos ter, não teremos uma queda na arrecadação tão brusca como tivemos em 2016, esse ano me parece que não, pelo início da arrecadação do IPTU, ou estou errado?

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: Vereador, primeiro, eu não sei se o senhor conhece o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças. É um instituto que reúne as pessoas de finanças, e eu faço parte do instituto, a gente discute. O instituto ele anualmente premia, entre os seus associados, o melhor Executivo de Finanças, e o troféu chama-se Troféu Equilibrista. Então chama: "O Equilibrista do Ano", e é nessa linha mesmo.

Eu queria ressaltar o que o senhor colocou. Nós temos aqui então, por exemplo, no *slide* sete, que o senhor colocou a receita, a receita total era de [R\$] 5,059 bilhões e foi arrecadado [R\$] 4,251 bilhões. Nós tivemos aí uma arrecadação de... uma não arrecadação de 16% do orçado, e a hora que... eu só queria... eu acho que nós temos que segregar o que é receita corrente, o que é receita de capital. Então a receita de capital, a queda foi muito grande. Estavam previstos [R\$] 296 milhões e nós recebemos [R\$] 76 milhões, ou seja, a arrecadação foi 25%.

Mas aqui o importante é que nós queremos colocar aqui que tanto operações de

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

crédito quanto transferências de capital, muita parte disso refere-se ao BRT, que agora esse ano vai estar sendo realizado.

No tocante à receita corrente nós tivemos aí uma perda de 12%, entre o esperado e o arrecadado. Considerando uma inflação de 7,3%, uma arrecadação de 2,6[%], nós tivemos aí pelo menos uns [R\$] 200 milhões de perda de arrecadação. Então, além de não crescer acima da inflação, ela decresceu. Então, por isso que é... Foi a grande dificuldade.

E isso daí refletiu o que o senhor coloca aqui, inclusive, na questão da aplicação do ensino, que nós aplicamos 30% na educação e 31,12[%] na saúde; e, historicamente, Campinas, até 2012, teve – acho que em 12 anos –, teve apenas uma conta aprovada pelo Tribunal de Contas e a maior parte dessas rejeições foi a não-aplicação no ensino nos 25%.

As contas de 2013 já foram julgadas, as de 2014 também, foram ambas aprovadas com... acima de 25%. Por que é que estamos aplicando trinta e... 30%? Foi... Bom... Não, a arrecadação caiu – parece brincadeira não é? Mas nós tivemos folga na aplicação do ensino por conta de uma arrecadação que diminuiu.

Nós trabalhamos, para esse ano, uma aplicação de cerca de 26%; nós temos que trabalhar com uma ligeira folga em relação aos 25[%], mas no ano de 2016 acabamos aplicando esses 30%. Ou seja, nós realizamos o que estava previsto no orçamento, tá? Porque os 30% é sobre a receita efetivamente arrecadada. Se o Senhor pegar em relação à prevista, provavelmente, isso daqui vai dar por volta de 26 a 27%.

E estamos trabalhando... E [ininteligível] a saúde, a demanda é muito grande. Demanda da saúde é grande, o serviço está sendo realizado, mas a população efetivamente carece de serviço de saúde e vão para rede pública.

Em relação a 2017, no segundo... no início do segundo semestre de 2016, nós estávamos já esperançosos que houvesse uma retomada, está certo? No último trimestre. Infelizmente, ela não aconteceu do jeito que se esperava e o que acarretou esses números não bons no último quadrimestre.

Para esse ano de 2017, a sensação que nós temos é que está se retomando. Parou de cair e começou uma retomada muito ligeira. Então, para quem, por exemplo, nós que trabalhamos no centro, rodamos muito o centro, infelizmente... tinha até uma piada lá que falava que só tinha duas empresas que cresciam aqui no Brasil, uma chama-se “vende-se” e outra chama-se “aluga-se”; ela estava se ampliando para... em todas as regiões.

Agora, para... Alguns imóveis já estão sendo retomados, então, já estamos tendo uma ligeira retomada. Agora o nosso... O foco nosso, o que é que é? As nossas duas grandes fontes de arrecadação... Os três, não é? Seria o IPTU, ISS e o ICMS. O ICMS, saiu uma declaração, semana retrasada, do delegado regional aqui da... do delegado, não, do responsável pela arrecadação do ICMS da região, que, efetivamente, está sendo retomado; eles já estão sentindo melhoras efetivas.

Como eu expliquei anteriormente, nós temos que esperar a questão das

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

semanas para estar acompanhando essa melhora.

No caso do IPTU, houve uma ação muito grande da secretaria, com relançamentos, com a ampliação de imóveis e a gente está trabalhando em cima disso daí. Então, nós conseguimos ter uma boa arrecadação de IPTU.

Isso nós vamos estar trabalhando pesado nesse ano de 2017.

O ISS por outro lado é uma... É uma receita que ela é a primeira a cair. Por quê? Porque as pessoas deixam de consumir o serviço, tá? E ela é a última a retomar.

Então, a gente está ainda avaliando se, efetivamente, no caso do ISS, vai estar havendo essa retomada de serviços.

O que nós temos visto dos analistas econômicos é que paramos de cair, está certo? O fundo do poço parece que acabou, a minha preocupação o ano passado era que tivesse lodo no fundo do poço, parece que não tem.

Tá, então estamos retomando; e nós esperamos começar uma retomada, mas não vai ser um ano fácil. O nosso passivo é muito grande; são [R\$] 350 milhões, que nós estamos carregando do passado para esse ano; e estamos tendo que, efetivamente, ajustar as nossas despesas à receita efetiva – como eu coloquei para o vereador Luiz Rossini – a questão das cotas, as questões do contingenciamento.

A gente está discutindo muito isso todos os dias na secretaria de como trabalhar essa questão financeira, minimizando os impactos para a população, essa é a grande questão, porque cortar as despesas eu não diria que é fácil, mas você pode falar: “Bom, então, olha, a partir de hoje eu não faço isso.” Mas não posso chegar e falar: “Olha, a partir de hoje está suspenso o contrato com a Renova Ambiental, que coleta o lixo da cidade, que custa [R\$] 70 milhões”. Mas é inviável. Então, nós temos que maximizar algumas coisas.

E só para colocar, nós tivemos uma reunião no meio do segundo semestre do ano passado com a coleta de lixo, me lembrei agora, eles falaram que os técnicos dele, que estão no mercado há 20 anos, foi o primeiro ano que eles viram diminuir lixo coletado. A recessão econômica, o desemprego, fez com que o lixo residencial diminuísse: as pessoas estavam consumindo menos. Foi a primeira vez que aconteceu isso daí.

Então, não vai ser um ano fácil, vai ser um ano difícil, nós vamos estar discutindo diariamente como é que nós vamos estar prestando serviço com a carência de recursos que nós temos.

SR. PRESIDENTE VEREADOR VINICIUS GRATTI: Agradeço ao vereador Jota Silva pelas palavras, ao secretário Tarcísio. E quero passar, então, a palavra ao vereador Jorge da Farmácia.

SR. VEREADOR JORGE DA FARMÁCIA: Bom dia, senhor presidente Vinicius Gratti, Tarcísio, João, Fábio, meu amigo Jota Silva.

Tarcísio, as explicações realmente foram todas convincentes, realmente algumas perguntas que eu tinha já foram feitas pelo vereador Luiz Rossini e pelo

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

vereador Jota Silva.

Mas, eu percebo que todas as arrecadações nossas infelizmente caíram nesse ano passado, 2016. E agora, como já é sabido, geralmente no início do ano os IPTUs entram, as pessoas vêm e pagam um pouquinho a mais.

Eu queria saber assim, durante esse período, sem ser o início do ano de 2017, se a secretaria tem algumas ações que possam aumentar a arrecadação, porque no finalzinho, a gente viu no quadrimestre passado, caíram e caíram bastante. Essa é uma questão.

E a outra, em relação também aqui, como Jota Silva falou, que na educação aplicou 30%, na Saúde, 31[%], e realmente a situação está meio desgastada, está meio ruim, e agora eu acho que, sabe se a secretaria vai aplicar um pouquinho mais desses 30% na Educação e desse 31% na Saúde?

Porque, como foi falado aqui pelo vereador Jota Silva, a tendência é que, cada vez mais, aumente os custos da Educação e da Saúde.

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: Jorge da Farmácia, o que é que nós estamos colocando? Então, na primeira questão, o que é que nós estamos fazendo para 2017?

Quando o prefeito fez as colocações - para nós, inclusive aqui na Câmara, esse é um novo governo, é um novo mandato, não é uma continuidade - então, o que ele nos colocou quando ele nos convidou para estar trabalhando frente a Secretaria de Finanças, eu perguntei para ele: "Prefeito, o que é que o senhor espera da Secretaria de Finanças?" Aí, ele me deu algumas diretrizes e falei: "Bom, prefeito, eu estou fazendo um projeto de planejamento para a Secretaria de Finanças para 4 anos."

Então, a gente está até discutindo dentro da secretaria um planejamento estratégico para 4 anos, porque [*ininteligível*] teremos que tomar ações já em 2017, mais algumas ações de longo prazo para 2020.

E dentro desse conceito da Secretaria de Finanças, nós estabelecemos, estamos discutindo, inclusive para os acadêmicos em administração, missão, visão, valores, e a gente chegou em duas questões: a primeira questão é muito mais... da Prefeitura, da Secretaria de Finanças, que nós chamamos de equilíbrio fiscal. Nós temos que efetivamente buscar o equilíbrio fiscal.

Então, nós precisamos estar buscando - esse ano foi um ano atípico, com [*ininteligível*] volumoso, um deficit que não era muito acima do previsto, um deficit primário - mas, nós temos que buscar o equilíbrio fiscal, ou seja, gastar o que nós arrecadamos. E qualquer pessoa que tenha o seu pequeno negócio sabe que só tem resultado se gastar menos do que ganha.

Então, nós estamos buscando esse equilíbrio, o que é que é? Gastar efetivamente o que nós arrecadamos. Então, nós temos tanto de receita, e isso que nós temos de despesa. Então essa é a primeira vertente.

E a segunda vertente é em relação à arrecadação: O que é que nós estamos

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

buscando? A justiça tributária com capacidade contributiva. Então nós vamos estar trabalhando com ações da Secretaria, cobrando de quem nós temos que cobrar, e buscando essa justiça tributária.

Então nós temos, inclusive, demanda de diversos vereadores que nos procuram em função de débitos de imóveis de pequeno porte que vêm lá de trás, que isso já foi resolvido em 2014 com a nova lei, mas nós temos o passado. Então nós estamos discutindo, falamos: "E como é que nós vamos fazer isso?" Então hoje já é de ofício: quem tem apenas um imóvel com metragem pequena, habitação popular, então já nós nem cobramos o IPTU, essa é a linha que a gente está seguindo. Por outro lado, nós temos muitos imóveis que deveriam pagar e, por alguma razão, não pagam, então nós estamos trabalhando em cima disso daqui.

Nós fizemos... em 2014 a Prefeitura fez um projeto de georreferenciamento, fez o voo, nós reconstituímos, nós estamos na fase final; inclusive, nós já começamos agora, a partir desse mês agora... que os engenheiros e arquitetos consigam fazer isso via sistema, eles não precisam ir mais lá, nós estamos convidando eles a se cadastrarem. Eles já vão estar fazendo isso para quê? Para nós atualizarmos o nosso cadastro diretamente com os engenheiros, facilitando isso. Então quando o imóvel está pronto, já tem o "Habite-se", eu já começo a cobrar a construção, os novos loteamentos.

Nós estamos trabalhando numa simplificação do cálculo do IPTU. Então, hoje, o IPTU nosso para um imóvel residencial ou comercial, um imóvel predial, qualquer construção, tem uma série de itens a serem avaliados para chegar no preço, nós estamos trabalhando para uma simplificação desse cálculo. Em um primeiro, nós não vamos... para os novos, nós já vamos estar fazendo isso daí, e depois, aos poucos, conforme eles vão se recadastrando. E nós estamos trabalhando, buscando, onde eu tenho área construída, onde eu tenho os imóveis. Então buscando isso daí para trabalhar aumentando a arrecadação, ou seja, cobrar de quem deve sem aumentar a alíquota do imposto, esse tipo de coisa.

E no caso específico do ISS, nós estamos trabalhando para, identificando os que não cobram, os que não emitem notas... Então nós temos um caso específico no Simples Nacional. Hoje o Simples Nacional... as empresas estão sediadas em Campinas, emitem as notas fiscais, mas elas mesmas, as empresas, informam à Receita Federal quanto elas emitiram de nota para pagamento do Simples Nacional.

Nós estamos fazendo um cruzamento do valor das notas emitidas e do valor que a empresa informa à Receita Federal, e estamos cruzando. Então uma empresa informou à Receita Federal que faturou [R\$] 100 mil e emitiu [R\$] 200 mil de nota, então a equipe da Secretaria de Finanças está chamando o contribuinte, falou: "Olha, tem diferença, recolhe". Então esse é um trabalho que a gente está fazendo, por exemplo, no ISS do Simples Nacional. E estamos buscando novas alternativas.

E olha: Onde eu não estou cobrando? Onde eu posso cobrar? Onde eu posso ter uma eficiência maior? Vamos, naturalmente, por uma questão de lógica, vamos estar despendendo os esforços em grandes contribuintes. Então nós estamos fazendo

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

fiscalização, por exemplo, nas rodovias que cortam a região, com os pedágios, verificando: Estão pagando certo? Não estão pagando certo? Inclusive sobre o ISS da construção. Porque quando eles fazem uma obra aqui, eles têm que recolher o ISS onde? Aqui. "Ah, mas eu fiz a obra na rodovia inteira", "Ok, quanto custou sua obra? Qual o percentual de Campinas?", tem que recolher o ISS da construção civil em Campinas.

Estamos fazendo um trabalho novo. Ontem, anteontem, nós publicamos no Diário Oficial, nós revogamos uma instrução normativa referente a cartórios, que teve uma discussão lá em 2013 e agora nós estamos focando alguns segmentos que nós entendemos que não estão fazendo os cálculos corretos, e estamos tentando buscar, nesses altos valores, algumas coisas mais, então estamos segmentado o foco. Fizemos um trabalho grande agora em planos de saúde, estamos continuando os trabalhos, porque é onde nós vemos que tem essas condições. Para quê? Para buscar retorno. Então isso daí é que nós chamamos de justiça tributária com capacidade contributiva.

Desculpe, faltou saúde e educação. No caso da saúde estamos rediscutindo como vamos estar gastando esse... ontem nós estivemos com o comitê gestor, tivemos reunião com o pessoal da saúde até a noite, para ver como é que nós vamos estar adequando a saúde.

E no caso da educação, a educação fez uma alteração dentro do seu quadro, nós estamos discutindo com a educação para eles estarem trabalhando com 26% da receita, não receita projetada, mas a receita prevista. Não é a que está no orçamento, porque senão nós vamos chegar nos 30%, e nós vamos estar trabalhando com 26% da receita projetada. E esse trabalho, essa revisão é mensal.

Então o pessoal da Secretaria de Educação, eles montaram toda a estrutura da folha de pagamento deles, dos custos fixos, e aí os custos variáveis, as ações que não são contínuas e podem ser variáveis, nós vamos estar trabalhando mensalmente para ver o que é que é possível fazer para manter a proposta pedagógica, para atender aos alunos, atender a população, mas tentar chegar em um limite onde seja sustentável para a administração poder quitar os seus fornecedores.

SR. VEREADOR JORGE DA FARMÁCIA: Surgiu uma outra dúvida em relação à saúde. Tem muitas pessoas que utilizam aqui a nossa rede municipal, por preferir, que é melhor, atende bem, e não tem a possibilidade desse usuário nosso aqui de cobrar dessa iniciativa privada? Porque tem muitos que utilizam o hospital nosso municipal aqui, o posto de saúde, e tem convênio médico. Tem essa possibilidade da gente fazer alguma coisa com relação a esse pessoal?

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: Olha, são duas discussões. As discussões são dos pacientes que são atendidos de outras regiões. Então, para quem... eu já trabalhei em outras prefeituras, a gente tinha três ônibus que vinham para Campinas, está certo? Um para a Unicamp, um para o Mário Gatti e um para o Celso Pierro.

Mas no caso específico do atendimento da Prefeitura, apesar da tabela SUS estar defasada, estar congelada há 12 anos, ela não cobre o custo, nós cobramos

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

independente do que a... de onde é o paciente.

Então, essa é uma discussão regional, bem mais amplo do que nós podemos fazer. Mas isso é uma pauta que a RMC está discutindo isso, como estar fazendo isso daí. Não dá, por exemplo, para nós termos um hospital regional bancado 90% com o custo da Prefeitura de Campinas, sendo que 60% dos usuários são de Campinas.

Na questão dos planos de saúde é uma discussão muito grande. A Secretaria de Saúde está trabalhando em cima disso, o doutor Carmino já levantou essa questão, mas é uma queda de braço muito forte com os planos de saúde, porque se você... se nós pegarmos, por exemplo, os atendimentos médicos e os exames, isso eu estou repetindo palavra do doutor Carmino, se eu não me engano que ele colocou inclusive aqui sentado na mesa do... quando nós fomos discutir o orçamento de 2017. A rede pública faz os exames básicos e a rede privada também, mas os exames de alta complexidade, quem... a rede privada no plano de saúde remete à rede pública, são de alto custo.

SR. VEREADOR JORGE DA FARMÁCIA: Está ok. Então só para finalizar, esse déficit que nós temos de [R\$] 357 milhões, o senhor acha que nesse ano de 2017 a gente consegue sanar isso daí?

E eu queria também saber do senhor, que é uma pessoa que entende bastante dessa área: todo mundo fala que 2017 vai ser um ano ruim, que somente 2018 vai melhorar. O que o senhor acha dessa relação 2017-2018?

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: É... bom, primeiro eu gostaria de deixar o "senhor" de lado...

Em 2017 nós achávamos que a retomada, como eu falei anteriormente, começasse [ininteligível] em 2016 e 2017 fosse melhor. Então nós tivemos aí uma queda de PIB em 2015 e 2016 de 3 e pouco por cento, 4%, e uma previsão de PIB zerado esse ano – zerado não é, Fabinho? A previsão era zerada esse ano, não é?

SR. FÁBIO SANTOS RIBEIRO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: Já a previsão de queda de 0,5%. Então, eu acho que nós estamos no começo do ano, alguns indicadores já tem. Esse ano não é um ano eleitoral, o ano que vem é um ano eleitoral.

Então, os investimentos... O que é que nós dependemos? Dependemos da atividade econômica.

O governador já tem colocado: "Olha, o estado que [ininteligível] 50 ou 60% da arrecadação do estado é ICMS; e [ininteligível] que 20% é IPVA". Então, ele depende, basicamente, da atividade econômica. E o governador já colocou, no mês passado, que a retomada... o crescimento passa pela retomada econômica e o equilíbrio.

Então, para 2017, nós estamos sendo muito... Tentando ser realistas, tá? Porque nós temos esse passivo para ser liquidado: [R\$] 350 milhões. Nós já pagamos mais de [R\$] 100 [milhões].

Mas não está fácil, porque nós... Não é só o passado, não é? Nós temos o

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

presente. Então, os serviços continuam, as entidades continuam prestando os serviços.

Eu acho que esse ano de 2017 vai ser um ano de cinto muito apertado. Nós vamos conseguir pagar boa parte do Restos a Pagar; não sei se vamos conseguir pagar tudo. Eu espero que em 2018, a gente volte aos trilhos, mas ainda não seja um ano de 2013... Nós começamos a crise em junho de 2014, a queda.

Então, nós tivemos lá 18 meses de boa arrecadação; e aí nós já estamos agora há 30 meses com problemas. Eu creio que não vamos demorar 30 meses para uma retomada total, mas nós vamos levar no mínimo esses 18 meses para tentar voltar o equilíbrio. Sou muito realista em relação a isso.

SR. VEREADOR JORGE DA FARMÁCIA: Então, está ok, então. Obrigado, viu, Tarcísio.

SR. PRESIDENTE VEREADOR VINICIUS GRATTI: Agradeço, vereador Jorge da Farmácia.

Então, nesse momento nós abrimos a palavra ao público. Então, se alguém quiser fazer uso da palavra, basta se dirigir à minha esquerda, no canto do Plenário, onde está o microfone para que a pessoa possa se pronunciar ao lado da nossa cerimonialista, Moana.

Então, se alguém tiver e quiser fazer o uso da palavra, a palavra está aberta. Apenas peço que a pessoa que for fazer o uso da palavra se identifique com o nome; e se representa alguma entidade para que a TV Câmara possa fazer o devido registro.

SR. CÍCERO ELEOTÉRIO BISPO: Bom dia, senhor secretário.

Queria, em nome do gabinete do mandato do vereador Rubens Gás, fazer uma questão aqui sobre a política pública de resíduos sólidos, que é uma pauta presente nos dias atuais no sentido de que... Tanto é verdade, que a Campanha da Fraternidade fala este ano sobre os biomas.

E a pergunta é: dentro da lógica orçamentária, se existe uma perspectiva de investimento na política de resíduos, no sentido de incentivo, por exemplo, das cooperativas. Que nós temos atuado o mandato em uma constatação até que precária das cooperativas.

Então, queria saber se existe, nessa secretaria específica – em nome do mandato aqui na pessoa do vereador Rubens Gás –, esta pergunta: se existe uma previsão, uma perspectiva de investimento nessa lógica da política de resíduos sólidos.

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: Grato pela pergunta.

Bom, só um posicionamento do... A Secretaria de Finanças, ela trabalha na consolidação e na gestão orçamentária. Os orçamentos são elaborados, descentralizadamente, pelas secretarias.

Então, no caso de resíduos, nós temos duas secretarias. Uma mais atuante, que é a Secretaria de Serviços Públicos, está certo? Nós temos alguma... Temos coleta seletiva – pagamos pela coleta seletiva, temos a cooperativa Antonio Costa Santos

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

fazendo esse trabalho, remunerado inclusive pela Prefeitura. E temos a Secretaria do Verde, que atua em paralelo em algumas áreas.

Inclusive, nós temos para esse ano, na questão de resíduos sólidos, a recuperação do Aterro do Pirelli, mais a definição da utilização do Delta.

Então, a Secretaria de Serviços Públicos trabalha com isso, tem os prestadores de serviço. O que eu posso colocar para você é que a utilização desses recursos previstos no orçamento cabe à secretaria executora da política, no caso a Secretaria de Serviços Públicos, que executa a política de resíduos sólidos.

Eles estão trabalhando em algumas questões, estão rediscutindo a utilização tanto do lixo comum quanto do lixo hospitalar e quanto do lixo de construção civil. Eles têm trabalhado em relação a isso.

Agora, efetivamente a política que vai ser adotada, eu seria imprudente se mencionasse qualquer coisa nesse sentido, que não é especificamente a nossa área.

SR. CÍCERO ELEOTÉRIO BISPO: Ok. Obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR VINICIUS GRATTI: Eu agradeço aí ao Cícero, pelo uso da palavra. A palavra continua em aberto.

[silêncio]

SR. PRESIDENTE VEREADOR VINICIUS GRATTI: Bem, nós, então, dando sequência a nossa audiência pública, dou por encerrado o uso da palavra ao público e passo, então, a palavra ao secretário municipal para que ele possa fazer as suas considerações finais.

SR. TARCÍSIO GALVÃO DE CAMPOS CINTRA: Eu agradeço a presença de todos vocês, do vereador Jorge da Farmácia, que continua conosco; vereador Jota Silva e Luiz Rossini, que tiveram que se ausentar; ao Vinicius Gratti, pela disponibilidade; a essa Casa, por nos abrigar mais uma vez.

Queria parabenizar aqui ao João, pela apresentação; ao Fabinho, pelo todo suporte que nos deu; às perguntas que nos colocaram e queria enfatizar que 2017 não vai ser fácil. Viu, Jorge da Farmácia?

Vai ser um ano difícil. Não sou pessimista, literalmente sou realista em relação ao que vai acontecer. A prefeitura vive efetivamente de imposto e esse imposto depende da atividade econômica. A retomada da atividade econômica, com certeza, gerará mais recursos.

E cabe a nós da Secretaria de Finanças buscar, adequar ou tentar equilibrar as despesas com as receitas e fazer as ações de aumento de receita passíveis de serem feitas, respeitando sempre, como eu coloquei anteriormente, a capacidade contributiva e a justiça tributária.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Obrigado, Vinicius Gratti. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE VEREADOR VINICIUS GRATTI: Agradeço, secretário Tarcísio, secretário que, tomo a liberdade aqui, dizer, uma das grandes revelações do governo do prefeito Jonas Donizette, o secretário Tarcísio. Muito competente. É acessível. Uma pessoa que merece todo o nosso respeito, além de ser um grande amigo.

Eu gostaria de dizer também, secretário, que quando o prefeito municipal, ele escolhe a sua equipe, ele passa a ter mérito pela equipe que ele escolheu. Então, exemplos como o senhor, o secretário Tarcísio; como o secretário de Assuntos Jurídicos, o nosso amigo também Silvio Bernardin; entre outros secretários, o secretário Paulella, de Serviços Públicos; o próprio secretário Wanderley de Almeida, que é o secretário de Relações Institucionais.

É a equipe do prefeito que dá a tônica da administração. E se a equipe é competente, se a equipe é séria, então o prefeito também é competente, o prefeito é sério.

Então, nesse sentido é que nós parabenizamos o prefeito municipal pela escolha de sua equipe, em teu nome, secretário Tarcísio.

E, por isso, eu quero agradecer a gentileza de o senhor ter vindo aqui hoje, para que nós pudéssemos cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, e para que essa Comissão de Finanças e Orçamento pudesse cumprir o seu papel.

Quero, por isso, também agradecer ao João Carlos Ribeiro, Diretor de Contabilidade e Orçamento da Secretaria Municipal de Finanças, que fez aqui a explanação a respeito do orçamento; também ao Fábio Santos Ribeiro, que é assessor aqui da Secretaria Municipal de Finanças; os vereadores que fizeram parte aqui dessa audiência pública: o vereador Luiz Rossini, o vereador do meu partido, vereador Jota Silva, e a presença especial, até o fim da audiência pública, do nosso amigo, vereador Jorge da Farmácia.

Também quero cumprimentar, agradecer aqui a todos os assessores de vereadores que também acompanharam essa audiência pública, bem como a todos aqueles que através da TV Câmara, que transmitiu ao vivo, sempre com muita eficiência, é o que dá a transparência a essa Casa, o direito ao acesso às transmissões da TV Câmara, que agora faz um papel também muito importante pelas redes sociais através das transmissões ao vivo pelas redes sociais e não apenas pela televisão. Agradecer a todos os funcionários da Casa, ao prefeito, ao presidente da Casa, vereador Rafa Zimbaldi. Agradecer a Deus aqui, por fim, que ele nos abençoe no caminho de volta aos nossos afazeres.

Declaro, portanto, encerrada a Segunda Audiência Pública da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Campinas.

Muito obrigado a todos. Que todos tenham um bom dia.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 2ª Audiência Pública de 2017, realizada em 22 de fevereiro de 2017, às 9h53, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

– Reunião encerrada às 11 horas e 10 minutos.

[fim da transcrição]

Legenda:

(F) palavra escrita com base na fonética, podendo ter a grafia incorreta

-- interrupção da fala

Aviso:

Nesta transcrição utilizam-se os nomes parlamentares em substituição a menções informais ou incompletas dos nomes dos vereadores.

Foi realizada revisão de concordância verbal e nominal.